



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 638618 - SP (2021/0001400-1)

RELATOR : MINISTRO REYNALDO SOARES DA FONSECA
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
ADVOGADOS : VANESSA BOIATI - SP207765
DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : JENNIFER RENATA DOS SANTOS (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de JENNIFER RENATA DOS SANTOS em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO (Agravos em Execução Penal n. 0013413-59.2020.8.26.0041).

A paciente cumpre pena de "de 5 anos de reclusão, por infração ao artigo 33, 'caput', da Lei nº 11.343/2006" (fl. 12).

A impetrante sustenta que a paciente "encontra-se em cumprimento de pena por delito equiparado a hediondo, sendo que cumpre pena por tráfico de drogas e possui condenação anterior (já cumprida) pelo delito de tráfico privilegiado" (fl. 3).

Neste contexto, alega a existência de constrangimento ilegal, pois, por não se tratar de reincidência específica, a ratificação do cálculo para progressão de regime deve observar o lapso de 2/5 de cumprimento de pena, e não os 3/5 determinados pelo acórdão atacado.

Requer, liminarmente, a concessão da ordem "para obstar o cumprimento do acórdão impugnado até o julgamento do mérito do presente *writ*" (fl. 5). No mérito, a ordem "para reestabelecer a decisão que determinou a observância do lapso de 2/5 para a progressão de regime" (fl. 6).

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Extrai-se da ementa do acórdão do TJSP:

AGRAVO EM EXECUÇÃO - Recurso da Acusação - Pedido de retificação do cálculo de liquidação de penas com aplicação do percentual de 60%, exigido no artigo 112, inciso VII, da Lei nº 7.210/1984 (incluído pela Lei nº 13.964/2019). Cabimento. Impossibilidade de redimensionamento da fração mínima de expiação punitiva para 40%, tal qual operado, porquanto o percentual aludido é destinado a quem, condenado por crime hediondo ou equiparado, seja primário, o que não é o caso do agravado. Assim, por ser reincidente, aplica-se o inciso VII, o qual estabelece o percentual de 60% da pena (3/5), para fins de progressão de regime. Decisão reformada - Recurso provido.

A matéria é polêmica e merece análise mais profunda, sendo necessário acrescentar mais informações aos autos.

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 08 de janeiro de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS

Presidente